

Haroldo Hollanda

ANC

Pontos polêmicos na Constituinte



O ministro Moreira Alves, que na qualidade de presidente do STF deverá presidir a reunião de instalação da Constituinte, já foi prevenido para as questões de ordem que naturalmente serão levantadas nessa oportunidade. Uma delas certamente será a da eleição simultânea do deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Constituinte e da Câmara dos Deputados. É pouco provável que o ministro Moreira Alves possa dar resposta satisfatória a indagações sobre essa matéria tendo em vista que mais tarde, como juiz do Supremo Tribunal, corre o risco de ser chamado a se pronunciar sobre o assunto. A missão fundamental para a qual foi convocado foi a de abrir os trabalhos da Constituinte e eleger seu presidente, ato após o que considerará consumada sua missão.

No entanto, outras questões de ordem poderão ser suscitadas, alertava ontem o senador Jarbas Passarinho, que no momento responde pela presidência do PDS. Recordou Passarinho que uma dessas questões, objeto de debate, poderá ser a quem os novos constituintes prestarão juramento. A futura Constituição não poderá ser, segundo argumentou, porque ela ainda não existe. A que se encontra em vigor, vários poderão negar juramento.

Na Constituinte de 46 muitos dos seus integrantes recusaram prestar juramento, sob o argumento de que não reconheciam a validade da Carta de 37, outorgada pelo Estado Novo. A UDN propôs que o juramento fosse prestado perante a Constituição de 34, o que foi negado pelo PSD. A propósito, lembrou também o senador Passarinho que na Constituinte de 46 a bancada comunista, tendo à frente o então deputado Carlos Maria Ghella, alegou que a determinação legal feita para que os ministros Waldemar Falcão, presidente do TSE, presidisse a sessão de abertura da Constituinte, lhe parecia um ato desprovido de sentido. Isso porque, não sendo Constituinte, o ministro Waldemar Falcão, segundo raciocínio então levantado, era um corpo estranho à Constituinte, que deveria ser presidida na sua instalação pelo mais idoso dos seus integrantes. O ministro Waldemar Falcão respondeu na ocasião que estava apenas cumprindo uma determinação prevista no ato de convocação da Constituinte. Teme o senador Passarinho que a mesma questão seja levantada agora, face à presença, na Constituinte, do ministro Moreira Alves.

Mas entre todas as questões a que promete pegar fogo será a da eleição simultânea de Ulysses para a presidência da Câmara e da Constituinte. Pela manhã do dia 2 de fevereiro, o deputado Humberto Souto, como primeiro vice-presidente, deverá abrir os trabalhos para escolha do novo presidente da Câmara, posto para o qual Ulysses cogita de se eleger. Na tarde do mesmo dia reúne-se a Constituinte, com o objetivo de declarar abertos os seus trabalhos e escolher seu presidente, cargo que será também pleiteado por Ulysses. O problema central não será o da Constituinte, mas o da eleição de Ulysses para a presidência da Câmara.

O senador Jarbas Passarinho, depois de ler, ontem pela manhã, a Constituição, afirmou que a reeleição de Ulysses para essas funções «representará o mesmo que rasgar o texto constitucional». De acordo com seu julgamento, a proibição nesse sentido é expressa e total. Tanto assim que, durante os nove anos em que esteve no Parlamento, não se recorda de nenhum dos integrantes na Mesa do Senado ou da Câmara ter sido reeleito, mesmo no início de nova legislatura, segundo a interpretação regimental predominante.

O problema da eleição simultânea de Ulysses para a presidência da Câmara e da Constituinte está dividindo opiniões no PDS, partido que se encontra na oposição. Por exemplo, o deputado Amaral Netto acha que não há nada que impeça a Ulysses de se reeleger, baseado que se encontra no Regimento Interno da Câmara. No entanto, faz a ressalva de que não tenciona assumir nenhuma posição oficial em nome da sua bancada, antes da sua reunião, quando ela deverá tomar naturalmente uma decisão definitiva a respeito. Já o senador Passarinho pensa exatamente o contrário.

Reunião sigilosa

O deputado Ulysses Guimarães pediu ao Senado para lhe ceder uma de suas dependências, a fim de que no próximo dia 14 possa ali encontrar-se com todos os governadores eleitos pelo PMDB. Já preveniu a seus assessores que a reunião terá caráter sigiloso. Acredita-se que nessa ocasião, junto com os governadores do PMDB, Ulysses venha a fixar a posição do partido em face da Constituinte.

É possível ainda que no decorrer dessa reunião, os governadores do PMDB manifestem seu apoio às pretensões de Ulysses de se eleger presidente da Câmara e da Constituinte.

Vice-presidência

Há quem acredite no Congresso que ao final dos trabalhos da Constituinte, nas disposições constitucionais transitórias, possa ser estabelecido dispositivo permitindo a eleição indireta do vice-presidente da República. Essa fórmula, segundo se especula no Congresso, poderia ajudar a fixação em seis anos do mandato do presidente Sarney. Mas há um grupo no PMDB que se insurge à simples menção da idéia, objetando que o partido não pode contestar eleições indiretas de qualquer tipo ou natureza.

Decreto-lei para governar

Se dependesse do senador Passarinho, a Constituinte, na sua fase de funcionamento, atribuiria poderes ao presidente Sarney de legislar por decreto-lei.

ANC 88
Pasta Dezembro/86
119